



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

DIRETORIA DE  
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**Manual Técnico**

***Selo Digital – Selo Core***

**Versão 0.2**

# Gerência de Sistemas

## Histórico de Revisões

<b>Data</b>	<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Autor</b>
06/05/2014	0.1	Concepção inicial do documento, contendo os seguintes layouts	<i>Williams Ferreira</i>
28/05/2014	0.2	Retirada as url's ainda não disponíveis	<i>Williams Ferreira, Cássio Higino</i>

# SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	4
2.PADRÕES TECNOLÓGICOS E ARQUITETURA.....	5
2.1.Ambientes.....	6
3.FLUXO DE SOLICITAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SELOS DIGITAIS NA VERSÃO 3.0.....	7
4.FLUXO DE TRANSMISSÃO DOS DADOS DOS ATOS PRATICADOS NA VERSÃO 3.0.....	9
5.PRÉ-REQUISITOS PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	11
ANEXO I .....	12
ANEXO II .....	13
ANEXO III .....	13

## **1. Introdução**

O principal objetivo do projeto Selo Digital de Fiscalização da Paraíba é a promoção da segurança jurídica dos atos praticados nas serventias extrajudiciais paraibanas.

Este propósito é alcançado com a transmissão obrigatória de um conjunto de informações que compõem cada ato praticado por um do cartório para os bancos de dados do Poder Judiciário da Paraíba. Todas estas transmissões acontecem por meio da internet e o mais brevemente possível, dentro de um limite de tempo determinado, após a lavratura dos atos.

Dessa forma, através de um portal de consulta disponibilizado pelo TJPB/CGJ e aberto ao público, pode-se acessar este conjunto de informações e confrontá-las com aquelas impressas na forma de documento, de modo a possibilitar a identificação de inconformidades e dando aos usuários dos serviços extrajudiciais o poder de fiscalizar ativamente os atos praticados.

Neste cenário, o Selo Digital de Fiscalização é a chave que liga o ato impresso com as informações transmitidas aos computadores do judiciário paraibano, no sentido de prover ampla segurança jurídica para as partes envolvidas.

Este documento descreve as soluções técnicas disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça da Paraíba para viabilizar a implantação do Selo Digital de Fiscalização nas serventias extrajudiciais deste estado. As soluções apresentadas permitem que as serventias extrajudiciais e o Tribunal comuniquem-se eletronicamente de forma segura, acelerando o fornecimento de selos de fiscalização e transmitindo ao Tribunal as informações dos atos notariais e registrais praticados.

Por meio do uso de tecnologias padronizadas por comunidades internacionais e de amplo conhecimento e aceitação no mercado, e através de convênio firmado com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a equipe do TJPB customizou um conjunto padronizado de interfaces de conexão, criando uma camada de comunicação comum entre as instituições, que permitirá a interoperabilidade dos sistemas usados no Tribunal de Justiça e nas serventias extrajudiciais. fiscalização e transmitindo ao Tribunal as informações dos atos notariais e registrais praticados.

## 2. Padrões tecnológicos e Arquitetura

O Tribunal de Justiça disponibilizará um Web Service, que poderá ser acessado através da Internet com o uso do protocolo HTTPS (HyperText Transfer Protocol Secure ).

O modelo de comunicação seguirá o padrão de Web Services definido pelo WS-I Basic Profile v2.0, disponível em <http://www.ws-i.org/Profiles/BasicProfile-1.1.html>.

Os métodos disponibilizados no Web Service serão síncronos, isto é, a confirmação do processamento se dará imediatamente após a recepção, validação e processamento da chamada.

A troca de informações utiliza-se de arquivos no formato XML (eXtended Markup Language) seguindo a recomendação W3C para XML 1.0, disponível em <http://www.w3.org/TR/REC-xml>, e a codificação dos caracteres será em UTF-8.

Todos os arquivos transmitidos ao Web Service do Tribunal deverão ser válidos segundo a estrutura descrita nos XML Schemas definidos pelo Tribunal de Justiça especificamente para cada um dos serviços disponibilizados. Estes *schemas* seguem a recomendação W3C descrita em <http://www.w3.org/XML/Schema>, estarão disponíveis no site oficial do projeto Selo Digital, que será disponibilizada pelo TJPB

Os arquivos XML serão anexados às chamadas do Web Service conforme o protocolo MTOM, definido em <http://www.w3.org/TR/soap12-mtom>, e recomendação W3C encontrada em <http://www.w3.org/TR/SOAP-attachments>.

O tamanho de cada um dos arquivos transmitidos não deverá ultrapassar 2 (dois) Megabytes.

## **2.1 Ambientes**

### **2.1.1 Homologação/Testes**

Para a adaptação dos softwares das serventias aos requisitos do Selo Digital de Fiscalização e às inovações inseridas em novas versões, existe um ambiente com serviços disponibilizados pelo TJPB em caráter de testes/homologação. Pela sua própria natureza, este ambiente adota políticas de funcionamento diferenciadas.

Em caso de dúvidas ou problemas com o uso dos serviços, as empresas de software poderão entrar em contato com o setor a ser designado pelo Tribunal para suporte às serventias e empresas de software.

### **2.1.2 Produção**

O acesso a este ambiente será limitado apenas às serventias extrajudiciais e todas as informações transmitidas terão caráter oficial.

Em caso de dúvidas ou problemas com o uso dos serviços, as empresas de software poderão entrar em contato com o setor a ser designado pelo Tribunal para suporte às serventias e empresas de software.

### **3 Fluxo de Solicitação e Transmissão dos Selos Digitais na versão 3.0**

Existem dois procedimentos para obtenção de selos digitais: solicitação (compra) e transmissão.

A solicitação será disponibilizada aos cartórios através de novas opções na área restrita do [Portal do Extrajudicial](#). Nos pedidos de selos digitais, o cartório deve escolher o tipo e a quantidade de selos que deseja receber.

Será emitido uma ficha de compensação para pagamento do valor dos selos. Mediante confirmação do pagamento pela instituição financeira conveniada ao TJPB/CGJ, serão gerados os selos digitais nas quantidades solicitadas e disponibilizados para a transmissão.

A transmissão dos dados dos selos digitais tem o seguinte fluxo de eventos entre o sistema da serventia e o Tribunal:

1. O sistema de automação usado pela serventia extrajudicial acessa o serviço do Tribunal requisitando a transmissão do arquivo contendo os selos digitais. Os parâmetros para o Web Service são:
  - 1.1. Credenciais (login e senha fornecidos exclusivamente à serventia);
2. É feita a validação das credenciais;
  - 2.1. Caso as credenciais sejam inválidas, como resposta, será lançada uma exceção;
3. Havendo selos disponíveis para a serventia, o serviço do Tribunal envia uma resposta à requisição contendo um arquivo com os selos. Há um limite de 10.000 selos, o que significa que havendo mais selos disponíveis, estes deverão ser obtidos mediante novo acesso ao serviço.
4. As transmissões marcam os selos que foram enviados, de modo que os selos não sejam obtidos em duplicidade. O sistema da serventia deve então validar o arquivo recebido, e em caso de falha proceder a disponibilização da transmissão, que torna possível a reobtenção do último lote de selos transmitidos;
5. O sistema da serventia faz o processamento do arquivo recebido, lançando as informações dos selos adquiridos no seu banco de dados.

Na atual sistemática de pagamento de boletos existentes entre TJPB/CGJ e a instituição financeira conveniada, pode-se ter um intervalo de até dois dias úteis na prestação das confirmações.

#### **4 Fluxo de Transmissão dos Dados dos Atos Praticados na versão 3.0**

A transmissão dos dados dos atos praticados tem o seguinte fluxo de eventos entre o sistema da serventia e o serviço de recebimento de atos do TJPB:

1. O software de automação usado pela serventia extrajudicial faz a transmissão do arquivo contendo as informações dos atos ao serviço do TJPB. Os parâmetros para o Web Service são:
  - 1.1. Credenciais (login e senha fornecidos às empresas para uso em testes);
  - 1.2. Arquivo XML em conformidade com os XSD's desta versão;
2. É feita a autenticação das credenciais;
  - 2.1. Caso as credenciais sejam inválidas, como resposta será lançada uma exceção;
3. É feita a validação do arquivo XML;
  - 3.1. Caso o arquivo seja inválido, ou seja, não respeite os padrões definidos nos XSD's definidos pelo TJPB, como resposta será lançada uma exceção;
4. É calculado o hash MD5 do conteúdo do arquivo transmitido;
  - 4.1. Caso o hash já esteja cadastrado nos registros do Selo Digital, como resposta será lançada uma exceção por tratar-se de uma transmissão redundante de dados;
5. Atendendo à solicitação, o serviço do TJPB grava as informações contidas no arquivo em seu banco de dados e envia uma resposta ao sistema da serventia contendo um recibo em xml. Esse recibo é a garantia de entrega oferecido às serventias. Através dele é possível verificar a existência do arquivo eletrônico na data e na hora constantes no recibo e sua integridade no momento da protocolização.



## **5 Pré-requisitos para utilização dos serviços**

O cliente do Web Service deverá ser criado a partir do respectivo arquivo WSDL, responsável pela descrição das informações fornecidas e também necessário para criar toda a estrutura capaz de efetuar a comunicação com o respectivo serviço. Este arquivo direcionará as chamadas do Web Service para um servidor seguro utilizando o protocolo HTTPS.

Dependendo da tecnologia adotada na implementação do cliente que fará uso do serviço, pode ser necessário usar o certificado do servidor onde está hospedado o Web Service. Este certificado estará disponível em uma url a ser definida pelo TJPB.

Para obtê-lo, utilizando um navegador de internet, deve-se exportar o certificado do servidor seguro para um arquivo local.

## **ANEXO I – Serviços disponíveis em Homologação/Testes**

Os serviços disponibilizados pelo Tribunal no ambiente de Homologação/Testes na versão 3.0 estarão formalmente descritos em <http://selo-cartorios.tjpb.jus.br/SeloCore/SeloService?wsdl>. Como políticas diferenciadas para uso do ambiente de homologação, enumeramos:

- Uso de credencial genérica (usuário “cpf do titular”; senha “teste123”);
- Não haverá módulo de compra de selos em homologação/testes;
- Fornecimento de lote de selos de teste (sempre o mesmo lote);
- Atos transmitidos estão sujeitos à exclusão a partir do 7º dia a contar da transmissão para permitir o reuso de selos;
- Havendo reutilização de um número de selo, apenas a transmissão mais antiga será apresentada no portal de consulta de testes.

O ambiente contará com um portal de consulta específico atrelado aos dados de testes, que será em breve disponibilizado

As seguintes funcionalidades abaixo estão disponíveis no serviço de homologação/teste:

### **1. Recebimento de Arquivo de Selos Digitais:**

- 1.1. fornecerSelos, fornecerSelosResponse.
- 1.2. Autenticação: usuário “cpf do titular”; senha “teste123”.
- 1.3. Objetivo: obter um arquivo XML contendo os selos digitais.
- 1.4. Parâmetros: usuário, senha, CNS.
- 1.5. Resposta: XML.

### **2. Transmissão de Arquivos de Dados dos Atos Praticados:**

- 2.1. enviarAtos, enviarAtosResponse.
- 2.2. Autenticação: usuário “cpf do titular”; senha “teste123”.
- 2.3. Objetivo: transmitir um arquivo XML contendo os dados dos atos praticados.
- 2.4. Parâmetros: usuário, senha, XML.
- 2.5. Resposta: Recibo de protocolização digital.

### **3. Resdisponibilização do último lote de selos gerados:**

3.1. `redisponibilizaUltimaTransmissaoSelos`, `redisponibilizaUltimaTransmissaoSelosResponse`.

3.2. Autenticação: usuário “cpf do titular”; senha “teste123”.

3.3. Objetivo: disponibilizar a última transmissão do lote de selos gerados para o cartório.

3.4. Parâmetros: usuário, senha

3.5. Resposta: XML.

### **ANEXO III – Canal de Atendimento**

Como forma de contato para esclarecimento de dúvidas técnicas e sugestões sobre o projeto Selo Digital, o TJPB disponibiliza o e-mail [selodigital@tjpb.jus.br](mailto:selodigital@tjpb.jus.br).

### **ANEXO IV – XML Schemas**

Disponíveis no grupo [selo-digital-empresas-ti@googlegroups.com](mailto:selo-digital-empresas-ti@googlegroups.com)